

## Perguntas para AGN da AND 2014

As proposições seguintes são novos itens de pauta propostos pela AND. Responda para cada um deles

### INCLUI NA PAUTA / NÃO INCLUI NA PAUTA / ABSTENÇÃO

1. Recuperar as perdas inflacionárias desde julho de 2008;
2. Buscar a mais alta remuneração que possa ser percebida por servidor do Executivo para Procuradores e Especialistas do Banco Central do Brasil, como seu mais elevado subsídio;
3. Suprimir quaisquer diferenças remuneratórias entre Procuradores e Analistas do Banco Central do Brasil;
4. Suprimir quaisquer diferenças remuneratórias entre as carreiras do Banco Central do Brasil e as demais carreiras de Estado;
5. Assegurar, no mínimo, a paridade dos proventos de aposentadoria e o subsídio da classe em que o servidor passou para a inatividade, independentemente do regime a que esteja submetido;
6. Recuperar a paridade histórica de 50% dos subsídios dos técnicos em relação aos analistas de mesma classe e padrão;

Atenção: A próxima proposição é substitutiva!

7. Estabelecer a paridade entre os subsídios de técnicos e analistas em dois terços, em vez do atual pleito de 70%;
8. Suprimir os descontos de subsídios e proventos que tenham como mero objetivo reduzir o poder de compra dos servidores e funcionários do Banco Central, em especial os advindos da subcorreção da tabela do imposto de renda e a incidência de tributos sem retorno direto ou indireto ao contribuinte, como especialmente é o caso da contribuição previdenciária do aposentado do serviço público;
9. Corrigir a tabela de imposto de renda;
10. Apoiar a campanha "Imposto Justo";
11. Deduzir da renda a integralidade das despesas com educação, moradia, saúde e medicamentos, para efeitos de cálculo do imposto de renda da pessoa física;
12. Exigir o pagamento das comissões aos substitutos;
13. Instituir adicional por tempo de serviço;
14. Flexibilizar a jornada de trabalho em caráter oficial, sem controle eletrônico de ponto;
15. Instituir a jornada flexível de trabalho, sendo 7 horas presenciais e 1 hora em regime de sobreaviso (tele trabalho, programa de aperfeiçoamento ou atividade física, a exemplo dos critérios e regras adotados pelo TCU, Receita Federal, Serpro, Anatel, Polícia Federal);
16. Estabelecer a carga horária semanal de trabalho de 30 horas (jornada diária de seis horas), sem redução do salário;
17. Implementar o *home office*;

18. Fortalecer a estrutura organizacional do PASBC, valorizando o setor, as atividades desenvolvidas e os servidores envolvidos e tornando a área mais atrativa como local de trabalho;
19. Destinar maior orçamento para treinamento, capacitação e qualificação dos servidores em gestão de saúde, objetivando aperfeiçoar e adequar os conhecimentos para atender às constantes exigências do Pasbc;
20. Solicitar ao Depes o levantamento das diferenças nos serviços e produtos oferecidos nas diferentes Praças pelo Pasbc, visando alcançar homogeneidade de tratamentos, benefícios e oportunidades para todos os beneficiários;
21. Fortalecer a rede credenciada do PASBC, por meio do retorno de prestadores de serviços na modalidade Pessoa Física, resolvendo em definitivo todos os entraves relacionados ao recolhimento de INSS;
22. Criar uma rede credenciada referenciada para o PASBC em todas as Praças, com honorários diferenciados para atrair médicos especialistas qualificados;
23. Promover o intercâmbio de informações entre as Praças e entre os servidores que trabalham com o PASBC, visando à uniformização do atendimento aos usuários do Programa e o entendimento comum do regulamento e das normas que o sustentam.
24. Criar *Blog* no Portal do PASBC, para os servidores manterem contato constante e compartilharem conteúdos de interesse geral;
25. Estimular atividade de programas que promovam a medicina preventiva, através de campanhas periódicas, tanto entre ativos como aposentados, com o objetivo de preservar a saúde dos beneficiários, e consequentemente a saúde financeira do Pasbc no médio e longo prazo;
26. Estender o programa de vacinação para além da campanha de prevenção de gripe, garantindo prevenção através da imunização;
27. Diagnosticar a eficiência do trabalho terceirizado do Pasbc, em especial sobre reembolsos que têm levado mais de 60 dias para o ressarcimento e causado descredenciamento de profissionais;
28. Evitar constantes descredenciamentos no Pasbc;
29. Estabelecer alternativas para proteger servidores e familiares quando em viagem fora das praças do BC (em território nacional), como já assegurado aos aposentados e dependentes que vivem em outras cidades;
30. Instituir seguro-viagem pago pelo PASBC;
31. Ressarcir despesas com funeral para dependentes;
32. Fortalecer o serviço psicossocial do Banco Central;
33. Aumentar as oportunidades de treinamento nas regionais;
34. Alterar o regulamento de pessoal para facilitar a utilização do programa de Licença Capacitação, ampliando o seu uso como ferramenta educacional e profissional;
35. Suprimir, por meio de trabalho junto ao Congresso, os parágrafos 2º e 3º do Art. 96-A da Lei n. 8.112/1990, em razão do prejuízo ao direito do servidor fruir a licença capacitação de 3 meses cinco anos após o quinquênio aquisitivo;
36. Suprimir o inciso IV do Art. 3º, parágrafo único da Portaria 79.130, que divulga normas e condições para inscrição e seleção de candidatos interessados em participar do Programa de Pós Graduação do Banco Central do Brasil, com patrocínio e afastamento;
37. Suprimir o subitem “b” do inciso VIII do MSP 5-11-5;

38. Tornar claras, simples e objetivas as medidas que permitam ao servidor exercer o direito à licença capacitação;
39. Adotar regras semelhantes às adotadas pelos demais servidores regidos pela 8.112, para regulamentar a licença capacitação;
40. Revogar decisões da área de treinamento que exigem 30 horas aula para cursos de línguas no país, inviabilizadoras da licença capacitação;
41. Viabilizar a possibilidade de trabalho na sede da Asbac para pais que tenham filhos incluídos no programa de creche;
42. Estabelecer modelos de atenção aos idosos, levando-se em consideração a mudança no perfil epidemiológico decorrente do envelhecimento populacional, com o objetivo de rastrear o risco funcional pela perda de autonomia e independência dos beneficiários, indo além do atual levantamento de doenças crônicas do Programa VemSer, a fim de promover compressão de morbidades, redução dos anos perdidos por incapacidade e aumento da qualidade de vida;
43. Criar um programa de reembolso e/ou oferta de medicamentos, mais amplo que os atuais relacionados no Programa VemSer e com reembolso de medicamentos de alto custo, uma vez que estudos demonstram que a fidelização ao tratamento prescrito aumenta os índices de cura e reduz riscos de reincidência na doença e de internações;
44. Eliminar a Participação Direta Limitada-PDL nas internações;